

MST, MÍSTICA E MEMÓRIA: A ESPERANÇA NO HABITAR CAMPONÊS

Maria Celeste Lustosa

Rodrigo Machado Vilani

RESUMO

Os objetivos do presente artigo são ressaltar o papel da prática da chamada *Mística* no MST, compartilhada nos momentos de acolhimento inicial de visitantes, dentro do âmbito das atividades englobadas pelo Turismo da Reforma Agrária e discutir sua relevância para a preservação da memória da luta pela terra, em conexão com o projeto político do MST, a cultura camponesa e as/os sem-terra que produzem e lutam. Para tanto, optou-se pelo método dialético com pesquisa bibliográfica e observação participante realizada no Assentamento Dênis Gonçalves, entre 2021 e 2025, localizado na Zona da Mata de Minas Gerais. Conclui-se que a *Mística*, em particular nos encontros promovidos pelo Turismo da Reforma Agrária, pode contribuir para a agenda anti-imperialista, anticolonial, antirracista, antipatriarcal e de preservação ambiental, dos movimentos populares da América Latina.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; resistência; memória; mobilidades; descolonização.

ABSTRACT

The objective of this article is to highlight the role of the practice known as *Mística* (an opening dramatic performance) in Brazil's Landless Workers Movement (MST), shared during the initial welcoming of visitors as part of the activities encompassed by Land Reform Tourism, and to discuss its relevance for preserving the memory of the struggle for land, in connection with MST's political project, peasant culture, and the landless who produce and resist. To this end, the dialectical method was adopted, combining bibliographic research with participant observation carried out at the Dênis Gonçalves Settlement between 2021 and 2025, located in the Zona da Mata region of the State of Minas Gerais. It is concluded that *Mística*, in particular in the meetings promoted by Land Reform Tourism, can contribute to the anti-imperialist, anti-colonial, anti-racist, anti-patriarchal, and environmental preservation agendas of popular movements in Latin America.

KEYWORDS: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra; resistance; memory; mobility; decolonization.

Não adianta inventar outros caminhos
Porque jamais vão conseguir nos convencer
Capitalismo nunca foi de quem trabalha
Nossos direitos só a luta faz valer
Capitalismo nunca foi de quem trabalha

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Nossos direitos só a luta faz valer
— ZÉ PINTO, *Só a luta faz valer*

INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2025, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) completou 41 anos de existência. Desde suas primeiras ocupações, nascidas na luta contra a ditadura empresarial-militar, até este primeiro quarto do século XXI, o MST renovou e incorporou objetivos e estratégias. Entre estas, passou a organizar, como forma de diálogo e visibilidade das práticas e da memória camponesa, a visitação turística em seus territórios. Além de desenvolver alternativas de trabalho para mulheres e jovens, o turismo apresenta para a sociedade civil espaços, patrimônios e vivências dos assentamentos (Melo, 2011).

A abertura dos territórios permite, assim, ampliar o alcance de valores fundamentais para o MST como a conquista da terra, a produção agroecológica e a organização do cooperativismo, o acesso à educação e à cultura. Nesse contexto, emergiu a proposta conceitual do Turismo da Reforma Agrária, gestado e nascido a partir da prática no Assentamento Dênis Gonçalves, na Zona da Mata de Minas Gerais (Lustosa; Araújo, 2022), que compreende uma iniciativa política, solidária e popular para o compartilhamento do patrimônio histórico, cultural, paisagístico, natural e arqueológico outrora negligenciado nos latifúndios improdutivos e, agora, conquistado pela Reforma Agrária.

A partir desse território, em particular, e do conceito de Turismo da Reforma Agrária serão elaboradas as reflexões acerca do papel da Mística na recepção e no acolhimento dos visitantes e, para além disso, na apresentação lúdica e contundente da prática política do MST. Por meio do turismo, a Mística torna-se a porta de acesso às memórias de luta e resistência que, na contemporaneidade, permitem mostrar à sociedade os benefícios da desconcentração da propriedade da terra, levando ao incentivo da produção e comercialização de alimentos agroecológicos, no contexto da visitação turística, provando que desenvolvimento econômico não é sinônimo de agronegócio.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Este artigo traz resultados parciais da pesquisa de mestrado da primeira autora, realizada no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ecoturismo e Conservação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGEC/UNIRIO). Tendo em vista as dinâmicas conflituosas inerentes à questão fundiária no Brasil, optou-se pelo método dialético com pesquisa bibliográfica e observação participante realizada no Assentamento Dênis Gonçalves entre 2021 e 2025.

Os objetivos do presente artigo são ressaltar o papel da prática da chamada Mística no MST, compartilhada nos momentos de acolhimento inicial de visitantes, dentro do âmbito das atividades englobadas pelo Turismo da Reforma Agrária e discutir sua relevância para a preservação da memória da luta pela terra, em conexão com o projeto político do Movimento, a cultura camponesa e as/os sem-terra que produzem e lutam.

Para tanto, articula-se o referencial teórico das mobilidades de John Urry (Urry; Larsen, 2021) em um improvável diálogo com Aníbal Quijano (2000a; 2000b), Malcom Ferdinand (2022) e Kevin Okoth (2025), como uma perspectiva analítica a partir da qual é possível estudar o fenômeno turístico da Reforma Agrária pelo entrelaçamento de movimento, representações e práticas (Cresswell, 2006; Hannam; Sheller; Urry, 2006), mediado pela Mística no território dos assentamentos.

Aqui, portanto, a Mística pode ser analisada como reflexo do atravessamento do paradigma das mobilidades sobre o conteúdo da memória, especialmente no que respeita ao turismo e à performance, em consonância com Urry e Larsen (2022). Representa, portanto, performance e memória da luta camponesa por meio de expressão do corpo e da voz humana (Martins, 2003).

40 ANOS DE LUTA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À TERRA

O Brasil é um dos países com maior concentração de terras do mundo. Em nosso território, estão os maiores latifúndios. Concentração e improdutividade possuem raízes históricas, que remontam ao início da ocupação portuguesa neste território, no século 16. Combinada com a monocultura para exportação e a escravidão, a forma de ocupação de nossas terras pelos portugueses estabeleceu as raízes da desigualdade social que atinge o Brasil até os dias de hoje. (MST, 2025a).

O parágrafo acima abre, no site oficial do MST, o conteúdo sobre a sua história.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Semente gerada dentro de outras insurgências populares ao longo de quase 500 anos, protagonizadas por indígenas, negros escravizados em resistência e camponeses/trabalhadores pobres e sem-terra, as primeiras manifestações massivas, na área rural, de resistência à ditadura empresarial-militar e luta pela terra, foram as de trabalhadores sem-terra no Rio Grande do Sul. O acampamento na Encruzilhada Natalino, que foi a base para uma manifestação, em 25 de julho de 1981, com mais de 15 mil pessoas, e que foi noticiada pela imprensa de Porto Alegre como a maior manifestação de trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul até então, e a 5ª Romaria Pela Terra, no início de 1982, foram os fatos políticos que assinaram a certidão de nascimento do MST, no início de 1984, em Cascavel, no Paraná, durante o chamado I Encontro Nacional.

As três principais diretrizes estabelecidas pelo MST, que foram reforçadas ou relidas e ampliadas ao longo desses 41 anos, são: a luta pela terra, a luta pela reforma agrária e a luta por mudanças sociais no país, com a perspectiva socialista, reforçadas no I Congresso Nacional, em janeiro de 1985, que desenhou o principal instrumento de luta do MST: a ocupação de terras improdutivas. Até hoje, segundo semestre de 2025, o MST realizou sete Congressos Nacionais, onde atualizou seus lemas e seus motes, em diálogo com a disputa político-econômica dada no país, com a qualificação do debate e com a capacidade do MST de interferir na formação discursiva majoritária, equilibrando-se, aos olhos da mídia, entre a criminalização e a legitimação (Costa; Silva, 2017). Mais recentemente, em 2024, no VII Congresso, entra em perspectiva a Reforma Agrária Popular, a partir da compreensão de que a Reforma Agrária não é importante apenas para os trabalhadores sem-terra, mas para toda a sociedade, especialmente para os 80% que vivem do próprio trabalho, levando-se em conta a realidade do êxodo para as metrópoles, a reorganização da economia, a necessidade de garantir o direito à moradia digna, além de renda e emprego para todos, especialmente os jovens. É o momento da luta pela democratização do acesso à terra, a organização da produção de alimentos a partir da matriz agroecológica e o respeito e proteção do meio ambiente.

A propósito da formação discursiva majoritária e da conquista de corações e mentes para a Reforma Agrária Popular, buscando sempre a legitimação e desconstruindo a semântica da criminalização, vale chamar a exame o conceito de capital

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

de rede, elaborado por John Urry (Freire-Medeiros; Lages, 2020). Embora Urry pareça se referir ao sujeito individual, entendemos que esse capital de rede pode ser constituído por um sujeito coletivo, no caso, o MST. Seu capital de rede se constitui pela capacidade de angariar apoio de artistas, intelectuais, religiosos, estudantes, demais formadores de opinião e de outros movimentos populares, assim como pela capacidade de estar presente e elaborando o debate numa variedade de espaços de luta por direitos; pela capacidade comunicacional de seus militantes, especialmente os mais jovens; pelo marketing de seus símbolos, especialmente o boné vermelho; e pela sensibilidade em priorizar, no diálogo com as camadas médias da população, a matriz agroecológica, na produção de alimentos, no cuidado com o meio ambiente e na solidariedade no combate à fome da classe trabalhadora urbana e rural. Essas características e as iniciativas resultantes ampliam a incidência do Movimento e derrotam a imagem negativa que a grande mídia tenta colar à epiderme do MST.

Uma das principais iniciativas do MST são os assentamentos, que são territórios conquistados pelas famílias sem-terra. De latifúndios improdutivos, hoje são territórios de reprodução social das famílias camponesas, abrigando mais de 400 mil famílias, que produzem alimentos, majoritariamente agroecológicos, com o objetivo principal de garantir a soberania alimentar. Outras 70 mil famílias, aproximadamente, permanecem acampadas, em luta pela terra. Além disso, há outros frutos que brotam da terra e da solidariedade, como as Escolas do Campo, as práticas populares de saúde, as rádios comunitárias e as diversas manifestações culturais, presentes nos territórios do MST.

Vemos, assim, que a cooperação é um princípio fundamental e caro ao MST. Hoje, as 185 cooperativas, 1900 associações e 120 agroindústrias (MST, 2025b) são modestas no confronto com a realidade dos espaços ocupados, inclusive naqueles ainda sob disputa. As cadeias produtivas mais consolidadas no âmbito do MST são as do arroz, do leite, da carne, do café, do cacau, das sementes, da mandioca, da cana de açúcar e dos grãos, que contribuem na alimentação escolar pública e de outros entes públicos, como asilos, presídios e quartéis. A diversidade dos alimentos, a consolidação da agroecologia e o estabelecimento de novas relações entre o ser humano e a natureza externa a ele resultam em formas saudáveis de manejar a produção, ao mesmo tempo que se

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

desenvolve o cuidado com os bens comuns de todos os povos, que são a água, a terra, o ar e a biodiversidade.

Essa forma de produzir e se relacionar com a Terra contrasta diretamente com o modo violento ocupação do território implementado desde a invasão das Américas, que Ferdinand (2022) denomina de “habitar colonial”. Em contraponto a essa lógica predatória da modernidade/colonialidade, os assentamentos do MST materializam um “habitar camponês”, entendido como uma maneira historicamente complexa de ser, estar e cultivar da vida com e a partir da terra, tanto na luta quanto no lúdico (Bernal Arias; Marandola Jr, 2024; Vanoli; Mandrini, 2021).

À semelhança da luta, resistência e reexistência do habitar camponês, tem-se o habitar indígena, quilombola e tantas experiências que comungam do respeito à Terra e questionam a linearidade da racionalidade instrumental, sem perder de perspectiva seu caráter instrumental que satisfaz a ganância do par capitalismo/imperialismo. O apagamento de habitares outros para tornar a experiência colonial modelo e padrão de progresso e civilidade se deu por meio do processo de inferiorização dos povos originários que, por sua vez, foi legitimado a partir da classificação social construída a partir da ideia de raça (Quijano, 2000a, 2000b). Tal construção persiste no imaginário coletivo e é sustentáculo da colonialidade que se funda sobre as estruturas e amarras coloniais (Quijano, 2000a, 2000b; Mignolo, 2010) edificadas sobre uma “hierarquia racista do Ocidente” (Ferdinand, 2022, p. 23).

A colonialidade transcende o período histórico do colonialismo e segue, em favor do Norte Global, invisibilizando expressões de ser, saber e estar no mundo dos condenados da Terra (Fanon, 2022). A imposição dos padrões europeus de sociedade, cultura, conhecimento e religião (i.e., do habitar colonial) segue no centro da naturalização de relações de poder desiguais e no impedimento para mobilidades sociais reais, de maneira geral, e, especificamente, na destruição étnico-racial-ambiental que segue em curso na América Latina. Se, por um lado, o controle do aparato bélico, em última instância, foi o determinante na definição das classes dirigentes nos territórios invadidos do Sul Global (Fanon, 2022), por outro, a resultante será o controle das mobilidades e a busca por impossibilitá-las.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Ao reconhecer que o projeto de morte e de imobilidade permanece com o agronegócio, como expressão mais violenta do capital e da colonialidade no Brasil, sua superação se dá no campo e na sinergia entre as lutas anti-imperialistas, anticoloniais, antirracistas, antipatriarcais e de preservação ambiental.

A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA

O povo sem-terra é um povo com memória. Desde o início, o MST tem sido muito cioso com a valorização da memória da luta pela terra. Isso se dá tanto na formalidade da guarda de documentos impressos, de registros de áudio e vídeo e de fotografias, como na existência de pessoas que têm a tarefa de pesquisar e contar a história do MST. Há também preocupação e investimento na formação política e cultural de seus militantes e de sua base para a reconexão com um passado camponês e valorização daqueles lutadores do povo que vieram antes de nós, assim como pelo reconhecimento e pela rememoração das lutas e das conquistas passadas.

À parte isso, a elaboração e a disseminação de símbolos próprios e o compromisso com a Mística, considerada por muitos a alma do MST, também são formas vivas de transmitir as memórias. Lucini (2014, p. 19-20) assim se refere à forma como o MST lida com essa temática:

Ao refletirmos sobre a memória como instrumento de resistência por um determinado grupo social, nos parece pertinente refletir sobre como esse grupo trabalha com a memória, no sentido de produzi-la e transformá-la em patrimônio constantemente atualizado através de sua prática social. (...) uma memória de resistência dos povos do campo é produzida como forma de enfrentamento nas celebrações e comemorações onde são lembradas as ligas camponesas, Zumbi e a resistência negra, os Sem Terra que tombaram na luta, os indígenas desterritorializados, Chico Mendes, Che Guevara e tantos outros. Como afirma Balandier (1999, p.43), “a luta política é também memória contra memória”. Trata-se da produção de uma memória poderosa, que é atualizada a cada celebração, a cada comemoração e a cada narrativa empreendida pelos sujeitos que compõem o grupo e, ao narrar, dizem de si, de quem são, de suas origens, de suas lutas e de suas conquistas. Justificam o presente e projetam um futuro a partir das memórias com que estabelecem processos de identificação.

Projetando o futuro e com a intenção de inserir, no marco de seus 40 anos de

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

existência, uma cunha na institucionalidade da memória nacional, o MST tem negociado com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) o tombamento de locais que considera berços da sua história, ou seja, atua para que o Estado brasileiro reconheça a importância da Reforma Agrária, da luta pela terra e da trajetória de alguns de seus mártires como temporalidades e sujeitos que incidiram na história recente do país.

Em um seminário organizado durante a Feira Nacional da Reforma Agrária, no ano de 2023, em São Paulo, em que participaram militantes dos setores de cultura e patrimônio do MST e a Superintendência Regional do IPHAN, tivemos a oportunidade de apresentar, defender e discutir as três indicações do MST para proteção formal (que posteriormente se tornaram quatro), sendo elas: 1) o monumento na curva do S, em Eldorado dos Carajás, no Pará; 2) o monumento a Antônio Tavares, em Campo Largo, na região metropolitana de Curitiba, Paraná; 3) o conjunto arquitetônico e arqueológico presente no Assentamento Dênis Gonçalves, antiga Fazenda Fortaleza de Santana, em Goianá, Minas Gerais; e 4) a Usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

Em Eldorado dos Carajás, foram 19 trabalhadores sem-terra mortos na curva do S e mais dois que morreram no hospital nos dias seguintes. Fotos impressionantes correram o mundo e ajudaram a dar publicidade ao massacre. Em protesto contra o INCRA, pela demora em desapropriar a Fazenda Macaxeira, onde havia um acampamento desde novembro de 1995, cerca de 4000 acampados e apoiadores começaram uma marcha que seria de quase 900 km até Belém, seguindo pela rodovia PA-150. No dia 17 de abril de 1996, após uma tentativa de fechar a rodovia, na altura do local conhecido com curva do S, em Eldorado dos Carajás, os manifestantes foram confrontados por cerca de 155 policiais militares, armados com metralhadoras. Pessoas assassinadas com tiros na nuca e na testa deixam claro as execuções a queima-roupa. Há, no local, uma Casa da Memória e resquícios do conjunto monumental Monumento das Castanheiras Mortas, obra do britânico Dan Baron Cohen.

Antônio Tavares tinha 38 anos e 5 filhos em 2 de maio de 2000, quando, junto com outros 2 mil companheiros, se dirigia a Curitiba para participar da entrega de reivindicações ao INCRA e de uma manifestação pacífica. A Polícia Militar do Paraná, na

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

altura de Campo Largo, cumprindo ordens do governador Jaime Lerner, interceptou ônibus com manifestantes, que foram espancados, atacados com balas de borracha, com cães e com a cavalaria. Antônio não resistiu e morreu no mesmo dia. O arquiteto Oscar Neimeyer projetou o Monumento Antônio Tavares, em concreto, que foi montado no local pelas mãos do povo sem-terra.

O Complexo Cambahyba, em Campos dos Goytacazes, antiga área de cana de açúcar, foi declarado como terra improdutiva, por decreto presidencial, em 1998. Mais recentemente, em junho de 2021, 300 famílias organizadas pelo MST ocuparam o território, após a publicação do ato de desapropriação do antigo complexo, estabelecendo o Acampamento Cícero Gudes, batizado em homenagem a uma liderança estadual assassinada no local. A luta do MST hoje, na Cambahyba, é pela criação de um assentamento do INCRA e pela desapropriação do antigo parque industrial, usina onde o açúcar era beneficiado, mas também onde foram incinerados os restos mortais de pelo menos 12 opositores da ditadura empresarial-militar, mortos sob tortura na chamada Casa da Morte de Petrópolis. O MST quer transformar esse lugar de morte num lugar de vida, com a criação do Memorial Cambahyba, para que nunca nos esqueçamos das barbaridades cometidas durante a ditadura.

Dessa forma, através da preservação de espaços significativos da sua história, com base tanto em trajetórias individuais quanto coletivas, o MST transforma memória em matéria viva de organização política e de construção identitária. Além desses três espaços de luta e importância da Reforma Agrária descritos acima, na próxima seção será apresentado o Assentamento Dênis Gonçalves, a quarta indicação para proteção formal pelo MST e território que abriga e inspira este trabalho.

O MUSEU DA QUESTÃO AGRÁRIA

A indicação faltante é o patrimônio arquitetônico e arqueológico do Assentamento Dênis Gonçalves, antiga Fazenda Fortaleza de Santana, localizado na Zona da Mata Mineira, compreendido em quatro municípios da região: Goianá, Coronel Pacheco,

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Chácara e São João Nepomuceno. Esse território tem especial valor para a primeira autora porque é o *locus* da pesquisa e da atuação no empreendimento que se tornou objeto de estudo da proposta apresentada ao PPGEC/UNIRIO. É também o berço do conceito e da primeira experiência prática do Turismo da Reforma Agrária (Lustosa; Araújo, 2022).

Local de excepcional beleza cênica, espalhado por um trecho da Serra da Babilônia e pelo vale correspondente, tem cerca de 4.300 hectares de área, sendo 1.400 hectares de Mata Atlântica preservada. A água é abundante no local, havendo pelo menos seis grandes nascentes, cujas águas se juntam mais adiante à bacia do rio Paraibuna. A riqueza hídrica determina não só uma biodiversidade enorme, especialmente ornitológica, como também é indicadora da presença de grandes reservas de bauxita no subsolo.

O passado pré-colombiano deixou algumas mensagens no território, que vêm sendo descobertas, ou registradas, desde o terceiro quartel do século XIX. Em 1874, quando o proprietário mais famoso da antiga fazenda, Mariano Procópio, já havia falecido, um caçador encontrou um cemitério indígena dentro de um dos abrigos rochosos da Serra (Colombo; Corrêa, 2014). Dali foram desenterradas as primeiras múmias indígenas íntegras no Brasil, doadas, à época, para o imperador Pedro II, que acabaram queimadas no incêndio do Museu Nacional, em 2018. Mais recentemente, foi encontrada uma pintura rupestre, em outro abrigo rochoso da Serra, pertencente à chamada “tradição São Francisco”, do período Holoceno. Mais recentemente, chegaram às nossas mãos artefatos líticos, ainda a serem examinados pelas arqueólogas do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da Universidade Federal de Juiz de Fora, mas que se assemelham muito a alguns daqueles guardados pela própria instituição.

O conjunto arquitetônico da sede, cujos remanescentes foram construídos na segunda metade do século XIX, não fica atrás em importância, raridade e beleza. Toda a imigração alemã na região de Juiz de Fora cruza com a antiga Fazenda Fortaleza de Santana. Mariano Procópio foi o primeiro empresário a organizar a vinda de alemães (1858), interessado em mão-de-obra especializada na construção de estradas de rodagem e, por outro lado, em técnicos agrícolas que pudessem melhorar sua produção. Os prédios e o cemitério são um grande acervo. A técnica construtiva do enxaimel (Carvalho, 2018), identificada especialmente com os povos germânicos, veio com esses

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

imigrantes. As tulhas, as oficinas e a Casa de Máquinas, ou o que restou delas, são os únicos exemplares, na área rural da Zona da Mata Mineira, de prédios destinados ao trabalho e à produção construídos nesse padrão.

Por óbvio que a memória não é constituída apenas de paisagens, de prédios, de seres vivos e seus corpos e de cultura. A memória é relacional e é disputa. Nessa perspectiva é possível compreender a importância desse território soberbo no que diz respeito à concretude da dinâmica da chamada questão agrária no Brasil.

João Pedro Stedile (2011, p.15-16) ensina que:

O conceito de 'questão agrária' pode ser trabalhado e interpretado de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da realidade agrária (...) Aqui, vamos trabalhar o conceito de "questão agrária" como o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira.

O território da Serra da Babilônia guarda todas as experiências da organização desses modos de estar na terra. Os povos originários, Maxakali, Puri e Botocudo, por exemplo, que lá enterraram seus mortos, viveram de forma mais permanente e cultivaram o solo, a meia montanha, no seu comunismo primitivo, onde a terra era de todos, mas não era de ninguém (Colombo; Corrêa, 2014). Por lá, devem ter permanecido por muitos séculos, mesmo depois da chegada do colonizador europeu, até que a mata começasse a ser derrubada para a expansão da fronteira agrícola, após o declínio do ciclo do ouro, para a formação, primeiro, de fazendas de cana de açúcar e, depois, das fazendas de café (Carrara, 1999).

A expansão da ocupação branca se deu através da doação de sesmarias: no Assentamento Dênis Gonçalves encontra-se um marco de sesmaria de 1811, data aproximada do início da formação da antiga fazenda. Nesse período, o senhor de escravos também não tinha a propriedade da terra, que pertencia à Coroa, mas dela podia dispor de forma bastante livre. Só após a Lei de Terras, de 1850, os fazendeiros puderam registrar as terras como suas e passaram a ter a propriedade plena. Os escravizados negros, que tiravam a riqueza da terra, sequer tinham o status de pessoa, não podendo ser titulares de direitos de posse, propriedade ou uso (Saraiva; Guimarães, 2022).

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Os colonos europeus, independentemente do ajuste que possuísem com os donos da terra, fosse a meia, o arrendamento ou outro, detinham, em caráter precário e temporário a posse da terra, em um sistema que se aproximava muito da servidão (Carvalho, 2018). Com o fim da escravidão e do colonato, quem estava agora sobre a terra eram os trabalhadores rurais assalariados, que não tinham nenhuma relação jurídica com a terra, assim como os escravizados, com a diferença que recebiam um salário ao final da semana ou do mês. Por fim, o território cumpriu um ciclo, sendo agora os assentados da Reforma Agrária que têm a posse e um tipo diferenciado de propriedade da terra, e dela também fazem uso em proveito próprio.

Esses mais de 500 anos de história e memória se desdobram à frente do visitante e do próprio assentado, e é por isso que a direção nacional do MST tem o desejo de criar um Museu-Parque que possa contar e ao mesmo tempo reafirmar as formas como o povo trabalhador brasileiro teve ou não acesso à terra.

A MISTICA: MEMÓRIA EM PERFORMANCE

Na abertura do artigo “Performances da oralitura: corpo, lugar da memória”, Martins (2021, p. 63) faz um convite “para pensarmos a memória em um de seus outros ambientes, nos quais também se inscreve, se grafa e se postula: a voz e o corpo, desenhados nos âmbitos das performances da oralidade e das práticas rituais.” Convite aceito, caminhamos por semânticas insuspeitas, como a aproximação, na língua bantu, do escrever e do dançar, que têm a mesma raiz. Ou a afirmação de que, numa performance da oralidade, o gesto não é apenas uma representação mimética, mas também institui e instaura a própria performance. Trabalhando com a hipótese de que o corpo não é apenas expressão ou representação de uma ação, que remete simbolicamente a um sentido, mas local de inscrição de conhecimento, a autora nos leva até os rituais afro-brasileiros. Nesse âmbito, a palavra poética, cantada e vocalizada, “ressoa como efeito de uma linguagem pulsional e mimética do corpo, inscrevendo o sujeito emissor, que a porta, e o receptor, a quem circunscreve, em um determinado circuito de expressão, potência e poder”

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

(Martins, 2021, p. 67). É impossível deixar de pensar nesse acervo de memória que é a Mística, nas celebrações e outros momentos marcantes da atuação do MST.

Internamente, o MST possui um conjunto de práticas, normas, valores e regras que são particulares à sua organização, dentre elas a prática da Mística. O surgimento da Mística, na década de 1970, está relacionado à Teologia da Libertação (Silva; Neitzel, 2025), setor da Igreja Católica que, como a Comissão Pastoral da Terra, influenciou o surgimento do MST (Gonçalves, 2020). A Mística é uma espécie de ritual e celebração, uma performance que acontece de diversas maneiras e com significados e sentidos variados. Sua prática materializa-se nos acampamentos, assentamentos, encontros, congressos e nas diversas manifestações que o MST empreende. De maneira geral, é praticada em forma de teatro, contendo músicas, poesias e outros elementos expressivos da luta camponesa. É uma prática cultural e política: “é conteúdo da memória social ativando o compromisso de luta no tempo presente e expressando os valores nos ritos, nos lugares sociais, nos símbolos e nos lemas de convocação e evocação da memória dos lutadores sociais” (Gonçalves, 2020, p. 155). Tornou-se um elemento estratégico, possui intencionalidades. O seu desenrolar nas variadas atividades e espaços em que integrantes do MST estão reunidos se torna um momento privilegiado em que se processam construções de representações, fundamentando suas visões de mundo sobre a realidade. As representações visam construir o mundo social dos sujeitos, sendo elas ‘matrizes’ dos discursos e das práticas dos grupos.

Por meio da Mística, o MST fundamenta e representa o seu mundo, e o mundo que está por vir através das lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras. O seu celebrar se configura como um lugar privilegiado em que se processam construções de representações. O MST expressa suas visões de mundo, estabelece quais são seus valores e ideais, expressa o que espera de seus integrantes, legitima a luta pela terra e destaca quem são seus aliados e inimigos na luta. A prática da Mística se tornou tão valorizada pelo fato de que, por meio dela, o MST consegue se comunicar eficazmente com os sujeitos, evocando e ressoando representações. No processo histórico, a prática da Mística se consolidou como elemento relevante para a organização do MST, edificando significados e sentidos para a vida dos homens e mulheres que o integram em sua

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

heterogeneidade. Na Mística, as mensagens devem lembrar aos sujeitos que é possível transformar a realidade. E esse encorajamento transborda potência e poder, como que eletrificando os presentes.

Nesse sentido, Silva e Neitzel (2025, p. 7) apontam a Mística como “ação pedagógica e formativa que propicia a criação de uma nova consciência nos integrantes, impulsionando-os a lutar e resistir às forças contrárias aos ideais do movimento”, como a homogeneização e a mercantilização da vida e da Terra. Por consequência, partindo de uma reflexão crítica, insere-se na busca por alternativas outras para ser e estar no mundo. Nas palavras de Martins (2003, p. 65), “As práticas performáticas não se confundem com a experiência ordinária, são sempre provisórias e inaugurais, mesmo quando se sustentam em modos e métodos de transmissão profundamente enraizados e tradicionais.” Ou seja, a experiência ordinária dos sem-terra é, na maioria das vezes, afastada e dissonante do ser camponês. Aquele homem, aquela mulher que se organizou na luta pela terra está às vezes há mais de uma geração afastada da terra, afastada dos saberes rurais, vivendo na franja precária das cidades, mergulhada até as orelhas no universo urbano.

É possível, sem uma aparente e profunda contradição epistemológica, admitir nesse ponto que a abordagem decolonial atua na ruptura com os alicerces ontológicos e epistêmicos da modernidade colonial, inclusive com contribuições para perspectivas futuras no estudo de mobilidades (Hannam; Sheller; Urry, 2006), particularmente no tocante às dinâmicas de poder que não apenas distribuem de forma desigual as mobilidades sociais como impedem total e inexoravelmente seu alcance. A abordagem decolonial encontra-se, portanto, na convergência por uma redistribuição radical do controle do poder e suas repercussões diretas sobre as mobilidades, conforme depreende-se de Quijano:

El lugar central de la “corporeidad” en este plano, lleva a la necesidad de pensar, de repensar, vías específicas para su liberación, esto es, para la liberación de las gentes, individualmente y en sociedad, del poder, de todo poder. Y la experiencia histórica hasta aquí apunta a que no hay camino distinto que la socialización radical del poder para llegar a ese resultado. Eso significa la devolución a las gentes mismas, de modo directo e inmediato, el control de las instancias básicas de su existencia

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

social: trabajo, sexo, subjetividad, autoridad. (Quijano, 2000a, p. 381).²⁰

Por meio do Turismo da Reforma Agrária, a Mística no MST pode ampliar o alcance do habitar camponês e tornar-se uma ação pedagógica crítica de libertação das amarras coloniais, inclusive dos nós que engessam as mobilidades sociais no Sul Global e, em particular, dos grupos racializados — condenados da Terra. De outra forma, pode pavimentar o reconhecimento com habitares outros e o ato de reconectar com a Terra, rompendo com os dualismos (sociedade-natureza; sujeito-objeto; tradicional-moderno) da modernidade.

Acampar debaixo da lona preta, já com seu peso simbólico, é reaprender e se reconectar com essas origens telúricas. Reconectar-se é muito mais aproximar-se, através do gestual do corpo desse universo, do que ler cartilhas ou manuais. As performances, nos espaços do MST, são um livro corporal aberto onde todas e todos podem tomar conhecimento daqueles gestos e reconhecer nas poucas palavras uma mensagem original de luta, resistência e esperança.

CONSIDERAÇÕES

Mobilidade social é elemento estrutural na análise de John Urry diante do aprofundamento da centralidade dos fluxos de pessoas, informações e bens no século XXI. A Mística no MST, através da comunicação dos valores, lutas e objetivos camponeses, tem papel relevante na construção de uma mobilidade social outra, menos baseada em estratos ascendentes ou descendentes, mas estruturada na crítica à totalidade do sistema e suas expressões no individualismo, no consumo, no acúmulo e expropriação e na exploração predatória da Terra.

²⁰ O lugar central da “corporeidade” nesse plano leva à necessidade de pensar, de repensar, vias específicas para sua libertação, isto é, para a libertação das ‘gentes’, individualmente e em sociedade, do poder, de todo poder. E a experiência histórica até aqui aponta que não há caminho distinto senão a socialização radical do poder para chegar a esse resultado. Isso significa a devolução às próprias ‘gentes’, de modo direto e imediato, do controle das instâncias básicas de sua existência social: trabalho, sexo, subjetividade, autoridade.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Por esse olhar, pode-se admitir um [ainda que improvável e não generalizável] ponto de toque na Mística entre a teoria de Urry e os preceitos decoloniais trazidos de Quijano, Mignolo e Ferdinand ou a revisitação do marxismo anticolonial e afastado do foco puramente epistemológico, avesso à política reformista, produzido por Okoth (2025), na linha de Eduardo Mondlane, Amílcar Cabral, Walter Rodney e André Blouin. Isso porque o Turismo da Reforma Agrária pode ensejar valores outros para uma "boa vida móvel" traduzidos no encontro entre cidade e campo, permeado por produtos agroecológicos, contemplação, vivências em meio às diferentes possibilidades da cultura camponesa. Dito de outra forma, a Mística contém, expande e dá visibilidade à confluência entre as lutas anti-imperialistas, anticoloniais, antirracistas, antipatriarcais e de preservação ambiental.

Seria possível imaginar esse processo como uma orientação pedagógica para os primeiros passos de uma transformação social radical iniciada com o reconhecimento de que o habitar colonial não é a única maneira de estar na Terra. Ao contrário, em um pluriverso de possibilidades essa é a mais excludente, predatória e violenta. O habitar camponês enseja e apresenta mobilidades outras, mais suaves e respeitosas, como têm sido cantadas e dançadas no âmbito das Místicas no MST.

REFERÊNCIAS

- BERNAL ARIAS, D. A.; MARANDOLA JR, E. Re-existencia y geo-grafía de los ribereños, los campesinos de río, valle y montaña. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, [S.l.], v. 29, n. 107, e13879624, 2024. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/279/27980011009/html/>. Acesso em: 20 set. 2025.
- CARRARA, Â. A. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais – séculos XVIII e XIX**. Séries Estudos. Mariana: UFOP, 1999.
- CARVALHO, N. A. **Entre Fazenda Fortaleza de Santana e Assentamento Dênis Gonçalves**: projeto de intervenção no conjunto edificado da sede. 2018. (Dissertação) - Mestrado em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/28821>. Acesso em: 20 set. 2025.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

COLOMBO, A. V.; CORRÊA, A. A. “Cavernas da Bailônia” – Narrativas e intervenções: vestígios funerários pré-coloniais na microrregião de Juiz de Fora. **Cadernos do LEPAARQ**, Pelotas, v. 11, n. 21, p. 193-207, 2014.

COSTA, M. A. G.; SILVA, J. M. A dupla memória do MST no discurso midiático: entre a criminalização e a legitimação do Movimento. *In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso*, 8., 2017, Recife. **Anais eletrônicos** [...] Recife: UFPE, 2017. Disponível em: <https://www.discursousead.com.br/viii-sead-2017>. Acesso em: 20 set. 2025.

CRESSWELL, Tim. **On the move**: mobility in the modern western world. New York: Routledge, 2006.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu, 2022.

FREIRE-MEDEIROS, B.; LAGES, M. P. A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S. l.], n. 123, p. 121-142, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/11193>. Acesso em: 20 set. 2025.

GONÇALVES, A. Sementes de Futuro: Memória, Cultura e Resistência no MST. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, [S. l.], v. 60, 2020. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/tae/article/view/9907>. Acesso em: 16 set. 2025.

HANNAM, K.; SELLER, M.; URRY, J. Mobilities, Immobilities and Moorings. **Mobilities**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 1-22, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17450100500489189>. Acesso em: 16 set. 2025.

LUSTOSA, M. C. A.; ARAÚJO, P. Turismo da Reforma Agrária. **Ecoturismo & Conservação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 33-40, 2022. Disponível em: <https://www.unirio.br/ccbs/ecoturismo/revista/volume-especial-1/v-3-n-1-2022>. Acesso em: 20 set. 2025.

LUCINI, M. A memória como patrimônio ou a história como prática social? Reflexões sobre práticas de memória e ensino de história na Pedagogia do Movimento Sem Terra. **Revista História Hoje**, v. 3, n. 6, p. 19-41, 2014. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/136>. Acesso em: 20 set. 2025.

MARTINS, L. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. **Letras**, [S. l.], n. 26, p. 63-81, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11881>. Acesso em: 20 set. 2025.

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

MARTINS, L. M. **Performances do tempo espiralar: Poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MELO, T. S. Reforma agrária e turismo: primeiras aproximações teórico-críticas. **Agrária**, São Paulo, v. 14, p. 121-139, 2011.

MIGNOLO, W. **Desobediencia epistémica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

MST. **Nossa Produção**. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-producao/>. Acesso em: 20 set. 2025a.

MST. **O MST**: nossa história. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>. Acesso em: 20 set. 2025b.

OKOTH, K. O. **África Vermelha**: resgatando a política negra revolucionária. São Paulo: Boitempo, 2025.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. **Journal of World-Systems Research**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 342-386, 2000a. Disponível em: <https://jwsr.pitt.edu/ojs/jwsr/article/view/228>. Acesso em: 27 ago. 2020.

QUIJANO, A. Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America. **Nepantla: Views from South**, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000b.

SARAIVA, L. F.; GUIMARÃES, E. S. Fortaleza de Santana, fortuna e infortúnio; a longa duração em uma mega propriedade agrícola no império e república do Brasil (c. 1806 – 2003). In: Seminário de Diamantina, 19., 2022, Diamantina. **Anais eletrônicos [...]** Diamantina: UFMG, 2022. Disponível em: https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2022/D19_356.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

SILVA, P. A. da; NEITZEL, O. A mística como formador e indutor do comum: a experiência do MST. **Revista Espirales**, [S. l.], v. 9, p. e2282886916, 2025. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/4968>. Acesso em: 16 set. 2025.

STEDILE, J. P. (org.) **A questão agrária no Brasil. O debate tradicional – 1550 – 1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

URRY, J.; LARSEN, J. **O Olhar do Turista 3.0**. São Paulo: Edições Sesc-SP, 2021.

VANOLI, F.; MANDRINI, M. R. Sustentabilidad y hábitat campesino: abordajes desde la ecología política en el territorio rural de Córdoba, Argentina. **Vivienda y**

Revista Morpheus: Estudos Interdisciplinares em Memória Social

Comunidades Sustentables, [S. l.], n. 9, p. 77-89, 2021. Disponível em:
<https://doi.org/10.32870/rvcs.v0i9.160>. Acesso em: 20 set. 2025.

SOBRE OS AUTORES

Maria Celeste Lustosa

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ecoturismo e Conservação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGEC/UNIRIO). Membro do Coletivo de Patrimônio e Turismo do Assentamento Dênis Gonçalves – MST.
mclust@gmail.com

Rodrigo Machado Vilani

Doutor em Ciências. Docente do Departamento de Turismo e Patrimônio e do Programa de Pós-graduação em Ecoturismo e Conservação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).
rodrigo.vilani@unirio.br